

Salário era o maior atrativo

Operários chegavam a trabalhar até 16 horas por dia

O Censo de 1960 revela que no ano da inauguração de Brasília a população do Distrito Federal era de 139.796 pessoas. Números pouco inferiores ao do Acre — 158.184 —, unidade da Federação anexada ao Brasil em 1903 e unificada em 1920. Esta “corrida para o Centro-Oeste” de 1956 a 1960 foi liderada pelos nordestinos (42% do total), goianos (17%) e mineiros (17%). “Um exército que veio em busca do reconhecimento e da nacionalidade e da cidadania, tendo como chamariz o maior salário mínimo pago no País — 9.600 cruzeiros”, assegura o professor Luís Carlos Lopes.

Este valor, assegura Lopes, é até hoje, em termos reais, o maior salário mínimo pago nos últimos 50 anos. A maioria da população era de trabalhadores rurais sem terra, “em fuga do jugo do latifúndio. Brasília significava mudança, uma chance de ascensão e realização ao estilo dos velhos bandeirantes”. A perseguição deste “sonho” com que “os agricultores travestidos em operários” fizessem cargas horárias inimagináveis.

A realização de horas extras era um expediente comum, “forma compulsória de manter o emprego e aumentar a renda”. Nas obras do Congresso Nacional, em julho de 59, quase 100% dos operários trabalharam os 31 dias e faziam uma média de quatro a oito horas extras. O mecânico José Toscano dos Santos, um outro exemplo, acumulou em dezembro 240 horas normais

e 222 extras, uma jornada diária de 15,4 horas.

Acidente de trabalho — Já o ajudante de cozinha e servente Antônio Apolinário Raimundo trabalhou em fevereiro 200 horas normais e 395 extras, e, o tratorista Ananias da Costa Paz fez 488 horas em janeiro de 1957, ou seja, trabalhou 16 horas por dia. “A medida que a inauguração da cidade se aproximava quase todos faziam 100% de hora extra”. O resultado deste esforço pôde ser medido pelo médico Édson Porto. “A aceleração da obra substituiu os ferimentos leves pelas fraturas”, declara no seu depoimento.

A convivência com as doenças — fruto de ausência de infraestrutura sanitária — era comum, assim como as brigas e bebedeiras — “únicas válvulas de escape”. Não há registro de greves por salários, mas os incidentes pela má qualidade da comida não eram raros. O mais famoso de todos se chama “Massacre do GEB” — Guarda Especial de Brasília. No domingo, 8 de fevereiro de 1959, houve um protesto no refeitório da construtora Pacheco Fernandes. À noite, soldados invadiram o acampamento da empresa e atiraram nos homens que dormiam. Um óbito apenas foi confirmado, mas depoimentos dos sobreviventes falam em dezenas de mortos e feridos. A versão mais utilizada dá conta de nove a 11 mortos e cerca de 69 feridos. Os corpos nunca foram encontrados. (M.P.)